Apresentação: 13/08/2024 20:09:17.737 - MESA
RIC n.3123/2024

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO

(**Do Sr. Capitão Alberto Neto**)

Requer da Ministra de Estado dos Povos Indígenas, Senhora Sonia Guajajara, informações a respeito do aumento do número de assassinatos de indigenas.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro seja encaminhado a Ministra de Estado dos Povos Indígenas, Senhora Sonia Guajajara, informações a respeito do aumento do número de assassinatos de indígenas.

1) O relatório considera que pelo menos 65% dos casos (670) eram evitáveis. Por que o poder público não agiu para impedir que esses casos?
2) Se o Governo Federal atuou, quais foram os motivos das falhas e por que a atuação não foi bem sucedida?
3) O que o Governo tem feito, a partir de agora, para impedir o assassinatos dos povos indígenas?
4) Em relação à saúde, o que justifica a escassez de remédio e a desassistência médica?

Justificativa

De acordo com o relatório “Violência Contra os Povos Indígenas”, do Cimi (Conselho Indigenista Missionário), o número de indígenas mortos por omissão do poder público foi de 1.331 em 2023, ano de início do 3º mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). É um crescimento de quase 30% em relação às 1.026 mortes de 2022.[1]

[1] https://www.poder360.com.br/poder-governo/mortes-de-indigenas-por-omissao-do-poder-publico-crescem-sob-lula/

CD245011325100

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD245011325100
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Capitão Alberto Neto

Apresentação: 13/08/2024 20:09:17.737 - MESA
RIC n.3123/2024

O aumento mais expressivo foi da mortalidade infantil. O número foi recorde: 1.040 casos. É o maior da série histórica, com dados desde 2003, e 25% superior às 835 de 2022. No entanto, o relatório considera que pelo menos 65% dos casos (670) eram evitáveis.

Pelo menos 111 indígenas morreram diretamente pela falta de assistência à saúde em 2023. Foi um salto de mais de 40% em relação aos 76 casos no ano anterior. Metade dos mortos tinha mais de 60 anos. O Cimi considera na categoria mortes diretamente causadas pelo “abandono da política de saúde indígena”.

Sendo a fiscalização uma das funções típicas do legislador, faz-se necessária a aprovação deste requerimento de informações para obtenção de dados suficientes a respeito da atuação do Poder Executivo, a fim de se assegurar a efetividade das leis ou, se assim for necessário, tomar medidas para que sejam implementadas de forma eficiente e transparente.

Termos em que pede deferimento.

Brasília, 13 de agosto de 2024.

CAPITÃO ALBERTO NETO
DEPUTADO FEDERAL
PL/AM

CD245011325100

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD245011325100
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Capitão Alberto Neto